

Externa A negociação em andamento

Ficou no empate a primeira rodada de negociação entre o governo brasileiro e o comitê assessor dos bancos credores, que começou com uma série de reuniões em Nova York, na semana passada, e terminou com a confirmação oficial da proposta feita pelos negociadores do Brasil e da resposta dos banqueiros. O comitê de bancos considerou que "a proposta inicial do Brasil não representa uma base para negociação" porque não obedece aos princípios considerados indispensáveis pelos credores. "Esses princípios são inaceitáveis como base de negociação", respondeu o principal negociador brasileiro, embaixador Jório Dauster.

Os credores não aceitam que os juros atrasados (que já somam US\$ 8 bilhões e chegarão a US\$ 10 bilhões no final do ano) sejam incluídos na dívida total a ser negociada. Consideram que sem uma "ação imediata para regularizar o pagamento dos juros a vencer e uma solução aceitável para os juros vencidos" não será possível iniciar "discussões consistentes". Entendem também que uma negociação "viável do ponto de vista do mercado" deve incluir medidas como dinheiro novo e redução do serviço da dívida, desde que o Brasil ofereça garantias "apropriadas".

"Esses princípios serviram de base à negociação concluída em 1988 e prejudicaram o combate à inflação e ao crescimento econômico", reagiu Dauster, referindo-se ao acordo que o Brasil assinou em setembro de 1988 e passou a descumprir menos de um ano depois.

Os bancos querem que o Brasil reinicie, tão rápido quanto possível, o pagamento dos juros, em valores expressivos. O governo brasileiro, no entanto, não pretende pagar nada este ano e sugere pagamentos modestos nos próximos anos. Em 1991, diz Dauster, o Brasil poderia pagar até US\$ 1,1 bilhão, mas a possibilidade de pagamento cai para US\$ 982 milhões em 1992, para subir apenas a partir de 1993. O secretário de Política

Econômica do Ministério da Economia, Antônio Kandir, diz que esses números não podem ser alterados, pois são resultados de cálculos precisos, "em dólares e cents", para cada um dos próximos 45 anos, período que o governo propõe para o pagamento integral da dívida externa.

Mesmo se dando o devido desconto à precisão acadêmica do secretário Kandir — que tem a pretensão de saber em detalhes os centavos a serem pagos, digamos, em 2035 —, não há dúvida de que, para chegar a um entendimento, tanto um lado como o outro têm uma longa distância a percorrer. O fosso que os separa pode até mesmo sugerir a impossibilidade de um acordo, pelo menos nos termos apresentados até aqui.

Por maior que seja o fosso, no entanto, os dois lados vêm manifestando disposição de lançar as bases para a construção de uma ponte que os aproxime. O comitê assessor dos bancos, por exemplo, considera positiva a decisão do governo brasileiro de procurá-lo para discutir, reconhece a importância das reformas econômicas executadas pelo governo Collor e "aguarda o início em breve das discussões" baseadas nos princípios que defende. De sua parte, o embaixador Dauster afirma que a reação dos credores não impede a continuação das conversas.

Nem mesmo o conceito no qual se baseou a proposta brasileira — o de "capacidade de pagamento", determinada pelos superávits fiscais do governo e não mais pelos superávits da balança comercial, como costumavam exigir os banqueiros —, que poderia ser o principal ponto de atrito, chegou a ser rejeitado pelo comitê de bancos. Tanto que, exatamente para medir essa capacidade, desembarca em Brasília na próxima semana uma equipe técnica dos bancos. Estará então começando uma nova etapa da negociação, que deverá ser longa e difícil.